



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA  
SECRETARIA-EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MODERNIZAÇÃO E APOIO À PRODUÇÃO  
ATA2 ASSESSORIA

Informação nº 29/2025/ATA2-ASS/CGPROMAQ/SPOA-MAPA/SE/MAPA

INTERESSADO: COORDENAÇÃO-GERAL DE AQUISIÇÕES - CGAQ., EDSON MARQUES FILHO

Assunto: **Prestação de subsídios formais ao Pregoeiro - IMPUGNAÇÃO 9 - WESTMAQ (SEI nº 49201262)**

Ao Pregoeiro:

Prestando subsídios à decisão do Pregoeiro, conforme art. 17, inciso II, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, esclarecemos que:

**Preliminarmente, a presente impugnação é intempestiva. Consoante o §1º, art. 24 do Decreto nº10.024/2019 o prazo para apresentação de impugnação é de até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, tendo o lapso temporal para interposição esgotado em 18/12/2024 (quinta-feira).**

a) **QUESTIONAMENTO 1** : *"Solicitamos retificação para que seja alterado Comprovante de Registro/Certificado de Regularidade válido do fabricante ou do importador, pois o Certificado CTF/APP - IBAMA somente pode ser emitido para empresas fabricantes situadas no Brasil, uma questão é comprovar que a empresa participante possua Comprovante de Registro/Certificado de Regularidade ou coisa é trata-se do equipamento ofertado, onde é concedido a LCVM."*

**MANIFESTAÇÃO FORMAL DA EPC:** O pleito de retificação é indeferido, uma vez que as exigências estabelecidas no Termo de Referência são cumulativas e possuem naturezas distintas, visando assegurar a conformidade ambiental tanto do produto quanto de sua origem produtiva. Enquanto a Licença para Uso e Configuração de Veículo ou Motor (LCVM) foca na especificação técnica do equipamento e seus limites de emissões, o item 4.3.2 do Termo de Referência exige expressamente o registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal (CTF/APP), acompanhado do respectivo certificado de Regularidade válido, em estrita observância à Lei nº 6.938/1981. **A manutenção de tal requisito justifica-se pela necessidade de comprovar que o processo fabril do bem ofertado atende aos critérios de sustentabilidade e controle de atividades potencialmente**

**poluidoras, conforme as diretrizes do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU e referenciado no item 4.3.1 do Termo de Referência. Portanto, a apresentação da LCVN não supre a necessidade de comprovação da regularidade ambiental da entidade fabricante, sendo ambos os documentos indispensáveis para a habilitação.**

b) **QUESTIONAMENTO 2** : *"A comprovação técnica será será julgada de forma não cumulativa ? Ou seja, caso a licitante ganhe dois ou três lotes, o quantitativo será analisado de forma isolada ?"*

**MANIFESTAÇÃO FORMAL DA EPC:** Esclarecemos conforme o item 9.30 do Termo de Referência, o fornecedor deverá apresentar atestado(s) em seu nome, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos e/ serviços de modo a demonstrar a experiência do licitante na entrega dos bens ou na prestação de natureza e complexidade similares ao objeto da licitação, na quantidade mínima de 50% (cinquenta por cento) do **quantitativo referente ao item para o qual o licitante se sagrar vencedor.**

c) **QUESTIONAMENTO 3:** *"Caso a licitante precise comprovar aptidão técnica de 100 unidades em um lotes dos tratores, poderá apresentar por exemplo somatório de atestado sendo 95% ( 95 unidades ) de tratores e 5% ( 5 unidades ) de linha amarela, será aceito conforme exemplo citado ?"*

**MANIFESTAÇÃO FORMAL DA EPC:** Esclarecemos conforme o item 9.30.1.2.1 do Termo de Referência, será admitido o somatório de diferentes atestados de contratos executados de forma concomitante para que o licitante atinja o patamar exigido para sua habilitação e que, para fins de habilitação técnica, todos os itens licitados serão considerados semelhantes entre si.

d) **QUESTIONAMENTO 4** : *"Solicitamos retificação do prazo de entrega para o mínimo de 120 dias, vejamos prazos em processos licitatórios de entes federais, com altas demandas de maquinários e tratores compatível ao objetos desta licitação PE 90024/2025."*

**MANIFESTAÇÃO FORMAL DA EPC:** O pedido de retificação do prazo de entrega para o mínimo de 120 dias é indeferido, uma vez que o cronograma estabelecido no Termo de Referência guarda estrita proporcionalidade com a natureza do objeto e as necessidades da Administração. **Conforme o item 1.2 do Termo de Referência, os equipamentos licitados são classificados como bens comuns de mercado com ampla oferta nacional e disponibilidade para pronta entrega, o que justifica o prazo regulamentar de 45 dias para o fornecimento.** Ressalte-se que o edital prevê uma margem de flexibilidade, conforme item 5.2.1 do Termo de Referência, permitindo a prorrogação do prazo por mais 45 dias (totalizando 90 dias) mediante justificativa fundamentada, o que se mostra suficiente para absorver eventuais oscilações logísticas sem

comprometer a celeridade do Programa Nacional de Modernização Agrícola. Além disso, a dilação pretendida para 120 dias prejudicaria a eficiência da política pública de fomento agropecuário, cujo êxito depende da rápida execução das entregas para atender aos mais de 4.000 convênios vigentes e superar entraves históricos de ineficiência operacional. Por fim, a **modelagem baseia-se nas contratações anteriores do MAPA, que demonstram que prazos com 45 dias são compatíveis ao processo licitatório em referência.**

Assim, Manifestamos **pelo INDEFERIMENTO da Impugnação nº 09**, devendo o Pregoeiro, caso concorde, adotar as providências para ciência do impugnante e prosseguimento regular do certame, nos termos do art. 24, §1º, do Decreto nº 10.024/2019<sup>[1]</sup>

Atenciosamente,

**LINDOMAR CALDEIRA EVANGELISTA**

Integrante Administrativo

**RODRIGO DE LIRA VARELA RODRIGUES**

Integrante Técnico

**KETYANE EVELIN COSTA KIMA**

Integrante Técnico

**FERNANDO MAGALHÃES SOARES PINTO**

Equipe de Planejamento da Contratação

---

[1] Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública. § 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Lira Varela Rodrigues, Integrante Técnico**, em 22/12/2025, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ketyane Evelin Costa Lima, Integrante Técnico**, em 22/12/2025, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **LINDOMAR CALDEIRA EVANGELISTA, Assistente**, em 22/12/2025, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO MAGALHAES SOARES PINTO, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**, em 22/12/2025, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **49210722** e o código CRC **862FDC01**.

---

**Referência:** Processo nº 21000.042507/2025-77

SEI nº 49210722